



Recebido em:
13/07/2017
Aprovado em:
13/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DIGITAL EM SERGIPE (1998-2011)

CRISTIANE TAVARES FONSECA DE MORAES NUNES

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

O presente trabalho investiga a história do Comitê para Democratização da Informática (CDI) em Sergipe. Trata-se de um estudo sobre uma Organização não governamental (ONG), que visava promover a educação informal através das chamadas Escolas de Informática e Cidadania (EICs), utilizando para isso o computador, com vistas a uma inclusão digital e, por meio dela, a promoção de mudanças sociais. A pesquisa abrange o período que vai de 1998, quando o CDI começou as atividades em Sergipe, até 2011, quando a ONG parou de funcionar no estado. O estudo foi norteado por procedimentos de história oral, no qual entrevistas foram realizadas com os atores envolvidos na construção do CDI Sergipe. Além disto, a pesquisa utilizou documentos variados, como: registros contábeis, monografias, jornais, atas, o projeto pedagógico, manuais e material didático elaborados pela própria ONG.

Palavras-Chave: Cibercultura. Educação Digital. Inclusão Digital.

ABSTRACT

This work investigates the history of the Center for Digital Inclusion (CDI) and his performance in Sergipe. It is a study of a non-governmental organization (NGO), which aimed to promote informal education through so-called Computer and Citizenship Schools (EICs), making use of the computer, with a view to a digital inclusion and, through it the promotion of social change. The EICs, learn computer to gain employment started to unfold in other actions, involving mobilization and organization around the claim of public policies to guarantee the rights of the communities in which the CDI has been inserted. The research covers the period from 1998, when the CDI activities started in Sergipe, until 2011, when the NGO has stopped working in the state. The study was guided by oral history procedures, in which interviews were conducted with actors involved in the construction of CDI Sergipe.

Keywords: Cyberculture. Digital education. Digital inclusion.

INTRODUÇÃO

O CDI - Comitê para Democratização da Informática¹ é uma ONG - Organização não Governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1995, com o objetivo de promover a inclusão social, utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania².

O CDI começou a atuar dentro de uma perspectiva social na premissa de promover a inclusão social de populações economicamente menos favorecidas, utilizando as TICs, como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania. Visava de forma continuada, desde a sua concepção, a combater a exclusão digital, aliando tecnologia digital, cidadania e processos sustentáveis locais.

O conjunto das técnicas utilizadas na EIC - Escola de Informática e Cidadania, começou a ser estruturado de forma a se criar uma metodologia para o ensino da utilização do computador, ressaltando exemplos do cotidiano da comunidade participante. Ao invés de os alunos aprenderem a digitar textos aleatórios, eram motivados a escrever sobre os problemas locais, pensando nas suas possíveis soluções.

Assim, podemos verificar a técnica como constituinte do fazer-se de cada um e como ampliação do humano, isto é, o papel dela na sua transformação e o seu aprimoramento. A técnica ocupa uma posição central para que as aulas sejam bem-sucedidas e alcancem o objetivo de promover um diálogo com o aluno.

Dentro dessa concepção, a proposta educacional de Paulo Freire (1921-1997) galgou muito valor como metodologia nas aulas planejadas pelo CDI. Este Comitê seguia uma interatividade com o educando e, principalmente, com as questões que envolviam o seu contexto habitual.

O CDI se ramificou em vários estados, obedecendo a instruções estabelecidas pelo CDI Matriz, criado em 1995 no Rio de Janeiro. Assim surgiram as bases regionais, havendo em cada Estado um CDI com o nome da respectiva unidade federativa. A esta base regional cabia assegurar, através de um acompanhamento rigoroso, que as aulas transcorressem nos limites do que a proposta pedagógica apontava, fundamentada nos princípios de Paulo Freire, em seu clássico "A Pedagogia do Oprimido":

A pedagogia de Paulo Freire parte da concepção de que a educação não se estabelece apenas nas relações entre escola e sala de aula, mas, sim, no contexto de opressão social e de falta de democracia. Enfatiza o educador pernambucano que toda educação é política, assim como toda política é educativa. Esse seu método dialógico passa a ser problematizador, cuja intenção é de uma *práxis* que tem como meta libertar a opressão atuante na sociedade.

O espaço democrático que o CDI avaliava construir, de fato só era estabelecido na medida em que o computador passava a ser utilizado como um instrumento para a transformação dos indivíduos que compõe a comunidade. São as práticas democráticas que viabilizam mais autonomia dos indivíduos.

Nessa perspectiva, o trabalho do CDI foi sendo idealizado como fomentador da democratização da informática. O referido projeto procurava dar ênfase ao papel das práticas livres, permeadas por um saber utilitário, de projeção social.

O computador foi apenas a ferramenta. Havia um outro pano de fundo, para ser utilizado pelo CDI, constituído pelo material pedagógico fundamentado na educação popular, delineada pelo sentido de mudança e transformação da sociedade para refazer o país e incentivar a democracia pela via da educação.

Partindo desse fundamento, o CDI via que era necessário construir parcerias com organizações comunitárias ou instituições religiosas bem atuantes em suas localidades. Tendo também como norte a publicidade de que o domínio das ainda denominadas "novas tecnologias" criava oportunidades de trabalho, geração de renda, e, no caso com maior ênfase, na busca coletiva de soluções para os problemas enfrentados pelas comunidades³ onde o CDI atuaria.

Dessa maneira, as escolas do CDI, denominadas EICs, tinham o objetivo de ser o elo entre os moradores das comunidades de baixa renda e o computador. O CDI era como um tronco de uma árvore e as EICs os seus galhos.

Assim, os objetivos e metas do idealizador Rodrigo Baggio foram rapidamente se concretizando. A chamada "Rede CDI" passou a integrar não apenas os CDI Regionais, como também alguns escritórios Internacionais que começaram a desenvolver atividades acompanhadas e coordenadas pelo CDI Matriz (Rio de Janeiro). Até o início dos anos 2000, havia escritórios em quase todos os estados do Brasil, em diversos países da América Latina e EUA. Os dados atualizados, presentes no site, mencionam que CDI esteve presente em 15 países (Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, México, Portugal, Venezuela, País de Gales, Irlanda, Escócia, Polônia, Romênia e Letônia) e impactou até hoje mais de 1,64 milhão de vidas. Essa rede global foi coordenada e acompanhada por 24 escritórios regionais e Internacionais, estendendo-se aos lugares mais remotos do Brasil e da América Latina, beneficiando pessoas de diferentes faixas etárias, culturas, raças e etnias.

A Fundação Vale tinha uma grande preocupação com os recursos investidos no projeto, a maior parte deles eram destinados para capacitação dos educadores e gestores das

escolas (hora-aula do facilitador, transporte, material didático, alimentação, hospedagem de todos educadores e gestores das escolas), além da preocupação com o acompanhamento e monitoramento das escolas (OLIVEIRA MAGNACILDA, 2015).

Não existia uma regra bem definida sobre o tipo de mantenedor ou apoiador que poderia se agregar ao projeto CDI. A população também era convocada a participar, tanto nas campanhas de doação de equipamentos, como em atuar voluntariamente de forma a colaborar com o cotidiano da EIC. Mas era claro, ninguém investiria em um projeto se o mesmo não fosse viável. E, entenda-se viabilidade, não apenas recursos financeiros, mas uso de imagem e até benefícios fiscais.

As instituições mantenedoras apresentavam atuações em diferentes segmentos de mercado. Eram empresas com *know-how* em suas áreas, como grandes consultorias organizacionais, fundações de amparo a projetos sociais e multinacionais ou empresas de grande porte. Todos eles recebiam informações sobre o CDI e sua atuação nas comunidades a fim de estarem inteirados da sua filosofia de trabalho e sua missão.

Não resta dúvida que o CDI passou a ser um empreendimento bem-sucedido, do ponto de vista institucional e financeiro, considerado uma das mais reconhecidas organizações sociais do Brasil. Dados mostram que em 2007, as captações do CDI chegaram a R\$ 3,6 milhões, valores contabilizados em material, em dinheiro, em serviços e em computadores⁴. Uma nova economia apareceu partindo de uma favela em que foi criado o CDI. Sua disseminação pelo Brasil e outras partes do mundo passou por importantes e decisivas etapas, atravessando a exclusão real para uma inclusão planejada, como talvez possamos vislumbrar.

No bojo da expansão do CDI, havia o compromisso de fomentar um processo de conscientização dos indivíduos e sua reflexão sobre a sociedade em que viviam. Isso, por meio da criação de um espaço físico para discussão, conhecimento e ação comunitária.

O CDI Sergipe começou a fazer parte da Rede CDI em 1999. Ele foi criado por integrantes da ASSESPRO/SE – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet⁵, por iniciativa de José Teófilo de Miranda, que viu uma reportagem sobre a atuação do CDI no Rio de Janeiro e vislumbrou a possibilidade de trazer aquela proposta para Sergipe. Assim, Miranda trouxe material didático e informações sobre como Sergipe poderia participar daquela rede que parecia crescer cada vez mais:

Eu era presidente da ASSESPRO, eu tinha as coisas ligadas à empresa, mas tinha o lado social, aí conversando com o pessoal que era da diretoria comigo, eu disse que a gente precisava fazer alguma coisa, informática pra comunidade carente... como Sei lá, nunca dei aula pra nada, só a não ser para filho. Ficou aquela discussão. A gente com a vontade e sem saber por onde começar. Fui participar de uma reunião da ASSESPRO nacional na qual o Rodrigo Baggio era o diretor. E todos já comentavam do nome dele, como aquele cara que tinha um projeto lá no Rio para comunidades carentes. Nem lembro se tinha internet na época. Depois fui ao Rio conhecer.... mas tudo nasceu dentro da ASSESPRO, com os empresários do ramo da informática que queriam fazer alguma coisa, que queriam ter também uma atuação social [...] o Roberto já era associado, o Ashton tinha a Vital, e tinha o apoio, por exemplo, o Roger que tinha a Chip, o Nivaldo da Infonet, o Jorge Santana da Infox (MIRANDA, 2015).

O trabalho solidário era uma bandeira nas ações de pessoas que possuíam atividades profissionais na área da informática. Mesmo naquele tempo, com o computador ainda sendo inserido no cotidiano das pessoas, esses solidários já pensavam coletivamente e punham o computador no centro das atenções, crendo que chegaria o dia em que analfabetos digitais significariam mais desemprego e menos condições de trabalho.

Havia uma união de esforços e nesse aspecto Teófilo foi um entusiasta do assunto, ele se empenhou mais e trouxe a ideia. Minha empresa dava apoio na configuração dos computadores, pois atua no ramo de softwares e algumas doações de equipamentos

também foram feitas. Veja, tenho alguns flashes, pois isso tem uns vinte anos, né Teve uma organização grande que fez algumas doações de equipamentos, acho que o G. Barbosa. A liderança na somação de esforços veio mesmo da ASSESPRO e tínhamos uma boa relação com a Associação Comercial, a ACESE, e conseguimos ampliar o *network* com outras empresas (OLIVEIRA JORGE, 2015).

Essa união de esforços só foi possível pela proximidade das pessoas que formavam uma associação, e que contou com o apoio do reitor da Universidade Federal de Sergipe, Prof. José Lima, tendo em vista que o CDI funcionava na sede da incubadora da própria UFS.

A regra geral era da automanutenção da escola, o que era possível com a digitação de trabalhos escolares, impressão de contas ou segunda via de documentos, impressão de textos, enfim, a EIC podia cobrar para a sua manutenção.

Sempre tive um particular interesse pelos assuntos ligados à responsabilidade social e a proposta do CDI, de inclusão digital utilizando equipamentos descartados aliado a autossuficiência e autogestão de escolas me atraiu em dose dupla: primeiro era um assunto que agregava valor ao curso de administração que fazia na São Luís e por outro lado poderíamos utilizar uma série de equipamentos, irreversíveis para alguns e excelentes para muitos que não podiam ter acesso pelos próprios meios (SANTOS ROBERTO, 2015).

É provável que as pessoas tivessem a intenção em ajudar, em fazer algo em prol de uma sociedade mais igualitária. Nos depoimentos dos idealizadores do CDI Sergipe, isso fica claro, pelo menos pelo grupo inicial. Foi isso que motivou essa primeira iniciativa de construção do CDI em Sergipe.

A primeira EIC foi inaugurada no bairro que à época era chamado Terra Dura, na zona sul da cidade, tido como uma das comunidades mais carentes de Aracaju, principalmente por possuir o lixão da cidade. Para que a escola pudesse funcionar, eram necessários os computadores, evidentemente. Assim, foi realizada uma campanha que visava à doação de equipamentos usados e até mesmo quebrados, que eram recuperados por alguns dos membros da ASSESPRO/SE, que tinham empresas na área de informática, com venda, manutenção ou consultoria na área:

Conheci o CDI quando estudava administração em 2001, através de Ashton, que também estudava administração nessa época. Ashton era o facilitador na EIC que funcionava na Terra Dura [Alessandro Alcino] e me convidou para participar da escola lá, pois eu já atuava naquela instituição como voluntário. Era tipo um orfanato de meninos e eu morei lá um tempo. Então eu comecei a ajudar nas aulas, pois era aluno (SILVA, 2015).

O depoente Silva tem uma história de superação. Foi um dos alunos, era menino de rua, morou no orfanato Alessandro Alcino, sediado no bairro na Terra Dura. Ele optou por assistir as aulas do CDI como busca de um conhecimento que poderia ser importante para ele.

As EICs estavam localizadas, em sua maioria, em instituições instaladas em comunidades de baixa renda ou em seu entorno. Normalmente eram espaços cedidos, sem custo para a escola. O educador precisava deixar claro que a inclusão digital para acontecer deveria ir além das "aulas de informática" ministradas. O foco deveria ser a ampliação da escola para outras possibilidades, como atividades culturais e artísticas. A geração de trabalho e renda era um compromisso para a mobilização comunitária tomar corpo e ser absorvida pela população.

A proposta do CDI deveria fazer sentido com a forma de vida das pessoas, da experiência conjunta, da discussão dos problemas da comunidade, que possuíam, por certo, problemas comuns. Essa comunicação existente entre as pessoas dentro do CDI promovia a educação apregoada por Freire.

Os educadores do CDI tinham que estruturar suas aulas por esse viés, norteando-se pelo que acontecia nas comunidades e como elas poderiam se organizar para resolverem problemas existentes.

Por essa razão, reuniam-se sistematicamente para traçar todos os detalhes sobre organização de eventos, de aulas,

estimulando fóruns e debates. A EIC preparava a logística e divulgação dos cursos, como panfletagens, faixas, rádios comunitárias, informativos, distribuição de fichas de inscrições, certificados e compra do material do curso.

Um dos problemas, quando se trabalha com voluntariado, é o tempo de dedicação das pessoas às causas que abraçam. Destinar uma parte do dia a algum projeto social inclui dedicação e tempo disponível. Por isso que entre as diretrizes estabelecidas pelo CDI estava a profissionalização do escritório do CDI Regional e, conseqüentemente, das próprias EICs:

Me afastei somente por falta de tempo e por ter ido buscar na vida profissional o sustento, que, muitas vezes, ficamos impossibilitados de ajudar mais por falta de tempo que nem sempre os empresários entendem que cedendo um pouco de tempo a seus funcionários para fazer o bem ao próximo o bem retorna para eles, mas faz parte infelizmente da mente ainda pequena dos empresários, que deveriam buscar se renovar e trabalhar em equipe com seus funcionários e não sendo somente um chefe. Ainda hoje cruza às vezes pela rua e de longe um “ Professora” depois de muito tempo, isso é gratificante, sabermos que podemos com pouco ajudar a tantos (MENDONÇA, 2015).

O relato acima foi de alguém que exerceu o voluntariado por um tempo e não conseguiu dar continuidade pelo trabalho desenvolvido não ser remunerado.

Para promover um crescimento ordenado, as aulas precisavam seguir uma metodologia, tanto em nível estratégico, quanto no pedagógico. Os capacitadores deveriam qualificar o educador que estaria à frente do CDI. Isso demandou tempo, planejamento e a buscar pessoas certas para a missão.

As parcerias aconteciam para que a escola pudesse ser viabilizada. No conjunto Augusto Franco, isso ocorreu com a Igreja Bem-Aventurado José de Anchieta e a Associação de Rádio Comunitária Bem-Aventurado José de Anchieta. Assim nasceu, em 13 de abril de 2002, a EIC que foi batizada com o mesmo nome da igreja e da rádio comunitária.

As discussões sobre as aulas partiam de algum fato polêmico ocorrido à época e que tivesse chamado atenção do grupo. Esse fato deveria surgir, preferencialmente, a partir dos educandos, ou então por meio de notícias de jornais e revistas, textos ou músicas que tratassem diretamente do tema, para possibilitar uma maior reflexão sobre eles⁶.

Dentro dessa conclamada coletividade, os projetos desenvolvidos no CDI eram estruturas vivas, que nutriam a relação de parceria dos atores envolvidos (equipe da EIC, CDI e comunidade), para que existisse uma corresponsabilidade na gestão e na busca de resultados eficazes de transformação social.

Muitos alunos, que recebiam a terminologia dentro do CDI de educandos, com o término dos cursos, dependendo do seu desempenho, eram convidados a comunicarem aquilo que haviam aprendido. Mendonça foi um desses casos:

Eu conheci o CDI no ano de 2002, aqui na igreja São Marcos Evangelista, no conjunto Marcos Freire I, quando fui me matricular na escola de Informática, a qual a coordenadora chamada Romana que hoje já é falecida tinha esse projeto junto com o CDI e a pastoral da criança e do adolescente, então, comecei a fazer as aulas de informática básica e após o término fui convidada por ela para ser Instrutora, que na época acho que como diretora ou coordenadora geral do CDI estava a frente nossa querida professora Samira, assim já gostando da área de informática, aceitei o convite e comecei a lecionar as aulas de informática lá nos fundos da igreja, em uma salinha muitos simples, precária de equipamentos, de cadeiras e bancadas que eram portas como bancadas, tínhamos cinco equipamentos que na maioria das vezes davam problemas e ficávamos com dois somente para ministrar as aulas, mas mesmo assim dávamos conta, tínhamos alunos de todas as idades, mães, filhos, netos, avós, fazendo aula juntos, tínhamos também, treinamentos para aperfeiçoamento e para conhecermos as outras EICs – Escolas de informática e cidadania, geralmente eram feitos no SENAI da Tancredo Neves próximo ao DIA [Distrito Industrial de Aracaju], ou no SENAI próximo ao SEBRAE (MENDONÇA, 2015).

A troca de experiências entre as EICs fazia com que o projeto ganhasse uma identidade cada vez mais definida, pelo menos o objetivo inicial era o de constituir uma franquia social, e para isso era necessário um certo padrão nas ações desenvolvidas pelas escolas.

A organização financeira do CDI estava baseada e sustentada em projetos e parcerias que se instalaram na medida em que as ações do CDI também ganharam mais visibilidade. O primeiro simpatizante foi o Dom José Palmeira Lessa, arcebispo de Aracaju, que cedeu um andar inteiro de uma galeria que a Arquidiocese possuía na frente dos Correios, no endereço citado acima. Era uma sala grande que começou a funcionar como sede. Nas palavras de Miranda:

A ideia da gente inicialmente era procurar CNPJ para fazer escolas. Então nós fomos atrás de quem já fazia caridade, como as igrejas católicas, os centros espíritas, comunidades de bairro... A gente procurava um lugar que recebesse a responsabilidade de receber os cinco computadores que eram liberados. Tinha a Matinha, do lado de empacotamento de cocaína, embaixo da ponte que hoje vai dar na Barra dos Coqueiros. Daí a ideia foi essa e a gente foi colocando as EIC nas comunidades. Tinha muita gente comprometida, o Erik do Marcos Freire, a Romana, atrás da igreja, a dona Conceição da Barra, que se dedicavam demais (MIRANDA, 2015).

O CDI Sergipe atuou de forma ativa para aumentar os resultados e as estatísticas da regional: formou em seus diversos cursos, mais de cem computadores alocados; mais de cento e oitenta educadores capacitados. A participação era em grande parte com trabalhos voluntários nas EICs ou na sede do CDI Sergipe, além das campanhas de doação de equipamentos novos ou usados. Ainda havendo investimento para financiar a ONG e/ou seus treinamentos, sempre com participação das empresas chamadas de parceiras em projetos especiais, planejados e executados junto com a equipe do CDI.

Havia uma polêmica interna sobre o envolvimento do CDI com política partidária. Até mesmo que os patrocínios não viessem dos cofres de partidos e políticos. As parcerias deveriam vir do setor privado e das fundações nacionais e internacionais. Mas, paralelamente, o Conselho Consultivo deveria ser composto por pessoas que tinham algum vínculo com a área de educação ou tecnologia, que fossem empreendedores e bem relacionados.

Na prática, era muito complicado não obter a colaboração de uma rede de amigos ou de um *network* que já funcionava, principalmente porque os idealizadores faziam parte de uma associação, ou seja, as possibilidades eram muitas e tinham desdobramentos que podiam ir além das escolas instaladas em comunidades carentes. A esse propósito, Oliveira Jorge esclarece:

Naquela época, nós [ASSESPRO] tínhamos um projeto de Pólo de Software. Era um projeto menos ambicioso do que o SERGIPETEC [atual Parque Tecnológico de Sergipe] e por ser menos ambicioso tinha tudo para dar mais certo. Nós formatamos esse projeto inspirados no Porto Digital do Recife, numa escala menor; fizemos debates, trouxemos pessoas de Recife. Lembra do Fórum Pensar Sergipe, da UFS Era da época que Lima foi o reitor [José Fernandes de Lima foi reitor da UFS em dois períodos seguidos, ficando de 1996 a 2004]. Uma das rodadas do fórum foi para discutir esse projeto do Pólo. Lima embarcou no projeto e logo depois, em 2002, quando João Alves ganhou a eleição para governador, aproveitou esse projeto para dar uma dimensão maior e criou o Parque Tecnológico [SERGIPETEC]. Já o projeto que tínhamos encaminhado, inclusive para a prefeitura, previa utilizar o antigo colégio Nossa Senhora de Lourdes, próximo ao Mercado Municipal. Esse projeto, voltado ao empreendedorismo, de incentivo a empresas nascentes, a incubadoras, tinha um viés social que era o CDI. Então, o CDI foi parte desse projeto do Pólo de Software de Sergipe, ou seja, um dos propósitos do Pólo era dar uma contribuição social ao Estado tendo como instrumento o CDI. O CDI estava presente no projeto como vetor social (OLIVEIRA JORGE, 2015).

Houve, como se vê, movimentos para que o CDI pudesse fazer parte das políticas públicas. O Pólo não se concretizou, em parte, pois o SERGIPETEC foi criado e a UFS já destinou uma parte do seu campus para instalação do Parque Tecnológico, que passou a funcionar na própria universidade, a partir de 03 de junho de 2016, quando foi reinaugurado pelo governador do Estado de Sergipe⁷.

Quando eu estava no SERGIPETEC tentava fazer ele aparecer na sociedade, tal qual o CDI. O Marcos Vândir ficou muito preso, ficou preso naquele mundo burocrático, que transformou aquilo ali numa secretaria na UFS. A ideia era que as incubadoras fizessem parte para fazer o startup das empresas e tinha a transformação da sociedade através de ações e uma delas era o CDI. Tinha o CISE da UFS, o ITP da UNIT e o da Escola Técnica. Eram três incubadoras lá. A ideia era essa. Não podia estar desconectado das gênesis das empresas que só podia ter como insumo a formação das pessoas que poderiam ser desde técnicos os melhores dessas escolinhas deveriam ser captados por essas empresas. A gente promovia também a olimpíada de informática que era um desafio que a ideia era buscar os caras que despontavam como ter a capacidade e se diferenciar da mesmice. Uma menina da Colônia 13 ganhou medalha de prata. Professores da UFS estimulavam e foi um momento rico. A formação de jovens, formação de empresas e o CISE, também foi um trabalho desse grupo da ASSESPRO. Convencer a UFS a fazer uma incubadora de empresas foi a ASSESPRO quem conseguiu (MIRANDA, 2015).

Com uma estruturação mais profissional, o CDI Sergipe foi ficando mais visível socialmente e outras pessoas foram incorporando-se a ele.

Com o processo de formalização, algumas iniciativas puderam ser realizadas, por exemplo, a participação do SEBRAE-SE em determinadas ações do CDI, sobretudo, em campanhas de doação de computadores e palestrantes que pudessem socializar temáticas voltadas para inclusão digital ou ampliação da rede CDI.

Os problemas em relação à continuidade do CDI começaram a aparecer por volta do ano de 2010. Com toda uma estrutura de empresa, o CDI Sergipe começava a receber certa pressão do Parque Tecnológico que o abrigava. Como não pagava pelo espaço utilizado, outras empresas pleiteavam a vaga do local onde funcionava o escritório e uma sala de capacitação dentro do SERGIPETEC.

A participação do CDI como parte do SERGIPETEC, o Parque Tecnológico do Estado de Sergipe, com grandes empresas de tecnologia e incubadoras, a exemplo da CISE da UFS, foi importante para consolidar as ações. No entanto, isso foi possível por José Teófilo estar como presidente do Parque Tecnológico, enquanto Marcelo Déda esteve no governo (2001-2006). Quando as coisas mudaram, o destino do CDI Sergipe também mudou. O espaço que possuía como sede e sala de capacitação foi solicitado de volta pelo presidente do SERGIPETEC que havia mudado. Sem sede, com os projetos diminuindo e os recursos locais também, foi iniciado um processo de fechamento da regional Sergipe, que ocorreu em 2011:

Vejo que não houve uma atenção da Matriz para com a Regional. Os grandes projetos ficavam com todos os recursos alocados para as regionais maiores, e as regionais menores não tinham atenção por parte da Matriz no quesito financiamento. Todas as vezes que fomos à Matriz não tivemos sequer interesse em resolver e mandavam a gente se virar. Naquele momento, acho que isso foi um fator decisivo. A política prejudica porque as regionais como Rio, São Paulo, Minas Gerais e outras maiores, que têm membros no Conselho da Matriz, terminam tendo vantagens sobre as demais na alocação de recursos e projetos (MELO, 2015).

As coisas estavam mudando. Os recursos cada vez mais escassos mal davam para manter a equipe que estruturava os projetos e as EICs. As pessoas que compunham a equipe e recebiam salários começaram a ser demitidas:

Em relação à experiência, gostei muito não tenho o que falar sobre isso de mal, muito pelo contrário, pois como trabalhávamos com pessoas de baixa renda eu, em particular, estava podendo incluir por conta própria algumas noções de organização e planejamento os quais já vinham aprendendo na faculdade e chamando atenção aos jovens da importância dos estudos e da perseverança mesmo as coisas sendo difíceis mais ensinavam a nunca desistir e acreditar nas suas forças e num mundo melhor desde que estivéssemos dispostos a fazer nossa parte (MENDONÇA, 2015).

Em relação a Sergipe, o voluntariado tinha limitações. O Conselho tentava promover divulgação das ações do CDI, porém, todos eram trabalhadores, não podiam ter dedicação única à causa da inclusão digital. Daí a importância de um mínimo de pessoas trabalhando como equipe, sendo funcionários e resolvendo os problemas do cotidiano.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O CDI ocupou dois momentos em Sergipe. O primeiro teve à frente o grupo de idealizadores que trouxe o projeto e era formado por integrantes da ASSESPRO/SE. Nessa ocasião, havia uma identidade, uma missão e compromisso com a causa da inclusão. Cada um desses integrantes contribuía com aquilo que sabia fazer. Como o projeto era de inclusão digital, tais envolvidos podiam ajudar, bem como possuíam as ferramentas para que isso pudesse acontecer.

Por sua vez, fazer parte do segundo do segundo momento da equipe de colaboradores era trazer outros olhares para o projeto do CDI: havia conselho fiscal, pessoal da publicidade, dos números e da visibilidade. Eram contextos diferentes e visões diferentes para um mesmo objeto, ou será que ainda era o mesmo objeto Hobsbawm nos ajuda a compreender a importância desse olhar ao dizer que “é muito importante que os historiadores se lembrem de sua responsabilidade, que é, acima de tudo, a de se isentar das paixões de identidade política — mesmo se também as sentirmos” (HOBSBAWM, 1997, p. 22).

Por essa razão, os depoimentos dos entrevistados foram importantes para demarcar essas fases. As variadas perspectivas sobre o ciclo de vida do CDI em Sergipe possibilitaram uma análise mais crítica da realização de uma proposta que era idealizada e até mesmo romantizada. As pessoas discorrem sobre suas experiências com sentimentos que carregam as paixões. Compreender que não estava caminhando sobre um terreno tão uniforme, tal como ponderei no início da pesquisa, ou quando conheci o CDI, constituiu um aprendizado e um exercício constantes.

Já mencionamos que existia por parte do CDI Matriz uma sugestão de que as parcerias partissem dela própria. Isso era o que ocorria com a Vale, que distribuía recursos para vários CDIs regionais, sempre a partir do CDI Matriz. Segundo a coordenadora de projetos, Magnacilda Oliveira, durante muito tempo a matriz não permitiu parcerias que não fossem articuladas através dela, o que, de certa forma, engessou as regionais. No momento em que o produto do CDI foi ficando obsoleto, os gerenciadores da Matriz transferiram para os setores regionais a responsabilidade de se manterem. A partir daí, contraditoriamente a Matriz deixou de inserir nas suas parcerias as unidades regionais. Havia uma preocupação grande da unidade central em manter os salários de sua própria equipe e não mais o das equipes da rede. Isso fragilizou alguns estados que foram perdendo seu fluxo de atividades.

O depoimento de Magnacilda Oliveira, a última funcionária a ser desligada do CDI, já no período do fechamento, condiz com o que nos expõe Melo, o qual fazia parte do conselho do CDI/SE. Para ele, a motivação daqueles que se doavam para manter cada EIC funcionando foi diminuindo pela falta de financiamento, era gerada pela burocracia na renovação de contratos de doação.

Ainda em relação ao fechamento do CDI/SE, outro fato relevante em algumas entrevistas foi o caso das EICs possuírem máquinas já defasadas, pelas doações de equipamentos, muitas vezes, quase sem condição de uso. As grandes empresas e fundações passaram a retomar seus próprios centros tecnológicos, com máquinas modernas. O investimento para manter o CDI/SE funcionando era alto, partindo do princípio que era necessária uma equipe mínima de quatro profissionais: um técnico de informática, uma pedagoga, uma assistente social e a gestora de projetos: perfil do quadro que compunha a última equipe do CDI/SE.

Entendemos que o próprio modelo foi se desgastando pela inserção das TICs no cotidiano das pessoas e no seu

processo educacional. Diante disso, compactuamos com a afirmação de Castells (2003), de que a sociedade transforma a tecnologia, principalmente em se tratando de tecnologia da comunicação. Assim, a vida das pessoas é profundamente afetada.

Se os processos de mudança social originam do movimento social como aquele de ação coletiva de segmentos da sociedade para defesa de certos objetivos ou interesses – podemos supor que a premissa “ação local, visão global” deixou de ser verdadeira na medida em que uma certa ruptura potencializou o deslocamento do CDI Sergipe do CDI Matriz.

Quanto ao fato de ter sido uma iniciativa precursora da educação digital em Sergipe, podemos afirmar que foi uma das primeiras, porém, graças ao depoimento do ex-Secretário de Estado, Oliveira Santana, observamos que houve uma proposta de informática educativa no período de 1991 a 1994, como política pública do então governo de Sergipe.

Convém reafirmar que, como proposta de inclusão digital que buscou promover a cidadania, o CDI foi precursor em Sergipe. Não existia um formato que buscasse unir técnica à noção de cidadania, ou seja, à condição do indivíduo em viver em comunidade politicamente e socialmente articulada, de forma a interligar direitos e deveres, com vistas a uma sociedade mais justa. Essa organização funcionou como rede, em uma época em que o conceito de rede era diferente. As redes interligavam as EICs aos CDIs de cada região e estes, ao CDI Matriz.

A nosso ver, o sistema entrou em colapso na medida em que políticas públicas, até então inexistentes, passaram a se estabelecer como supridoras das lacunas que antes eram campo de atuação de ONGs, as quais nasciam para atender determinadas demandas da sociedade. Dentre essas atuações públicas, lembremos do Projeto Um Computador por Aluno (UCA) que foi implantado com o objetivo de intensificar as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nas escolas, por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino. Ou seja, as políticas públicas estavam sendo aplicadas na resolução de problemas que nasceram na ausência delas.

Estimular uma comunidade a exercer a cidadania partia da instrumentalização dessa consciência pelos direitos e obrigações de modo a garantir sua aplicabilidade. E, nesse sentido, as EICs tinham essa disposição, constitucional em sua essência, posto que o exercício da cidadania deve ser um dos maiores objetivos da educação de qualquer país.

O CDI se tornou uma franquia social, tendo sido pioneiro nisso em quase todos os estados do Brasil e também fora do país, levando essa marca como um portal de possibilidades. A promoção da cidadania era uma bandeira e seus alunos deveriam ser agentes de transformação nas suas comunidades, atuando de maneira ativa e responsável. Nesse aspecto, pensamos que essa tarefa foi executada com êxito, ao observarmos os depoimentos colhidos, tendo o cuidado de considerar o tempo e o espaço daquelas ações.

As EICs formaram embriões que foram gestados no ciberespaço. Nesse comparativo, como organismos em constante desenvolvimento, talvez o modelo autônomo e autossustentável estivesse ainda precisando o útero materno. Ao deslocar a EIC do CDI, a instrumentalização que ficou mais evidente foi a proposta da inclusão social, considerada a alma do CDI e necessária para continuar o ciclo de vida, independente da *celula mater*.

Sem querer produzir uma espécie de “escola privada para pobre” – termo utilizado em algumas reuniões internas -, o afastamento entre o CDI Sergipe e a Matriz provocou justamente essa situação, mesmo as escolas ainda exibindo na parede o quadro com a missão de promover a inclusão social por meio da tecnologia.

Todavia, se a cibercultura nasceu da relação entre comunidade e tecnologia, sim, o CDI foi (ou é) um exemplo de um fenômeno social coligado às comunicações e ao ciberespaço. Essa correlação sociocultural deriva do nexos entre a sociedade, a cultura e as tecnologias. Nesse contexto, as comunidades que receberam a proposta do CDI ampliaram e popularizaram a utilização da Internet e outras tecnologias de comunicação, possibilitando assim maior aproximação entre as pessoas.

Por isso, entendemos ter sido o CDI uma espécie de precursor ao propor a inclusão digital aliando a cidadania nesse paradigma de mudanças sociais.

Convém, entretanto, ressaltar que o fato de popularizar o uso da internet não significa dizer que foi franqueada a sua democratização. O ciberespaço não é democrático. A liberdade é um conceito cada vez mais limitado nesse lugar, que

não está sujeito somente à vontade dos seus consumidores, posto que é regado a leis e a condicionamentos. Basta abrir um email em algum provedor dito gratuito para perceber o rol de produtos e serviços que são “aleatoriamente” colocados à disposição do usuário.

Outro fato pertinente é também considerar que, para a expansão do CDI, o contexto político e econômico foi muito importante. A ausência de políticas públicas para resolver o problema da exclusão digital e a conjuntura neoliberal, em que se buscam alternativas capazes de favorecer o desenvolvimento econômico do nosso país.

Em Sergipe, algumas iniciativas que mereceram destaque, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido pela EIC de Cumbe foi perdendo fôlego que, talvez, pudesse ser prolongado, caso houvesse uma estratégia mais definida de apoio a tais ações desenvolvidas pelas EICs.

A proposta da inclusão digital/social disseminada pelo CDI, paradoxalmente, propunha uma economia autossustentável, mas na medida em que os recursos acabaram, pelo menos no caso do CDI Sergipe, o sonho também acabou. Diante desta constatação, como me apropriei de Bloch (2011), ainda na introdução da presente pesquisa, farei o mesmo aqui, no fechamento do trabalho. Ao tentar explicar os motivos da derrota da França, o autor afirmou:

[...] essa guerra acelerada necessitava, naturalmente, de um material próprio – que os alemães tinham e a França não, ou pelo menos não em quantidade suficiente. Isso foi dito e repetido: não temos tanques suficientes, aviões suficientes, caminhões, motos ou tratores suficientes e, com isso, fomos impedidos desde o início de realizar operações do jeito certo. Isso é verdade, incontestavelmente, e não é menos verdadeiro que as causas dessa lamentável e fatal penúria não eram todas de ordem especificamente militar. Não esconderemos nada sobre esse assunto quando o momento chegar. No entanto, as falhas de alguns não desculpam as dos outros, e o alto-comando teria, por seu lado, dificuldades para alegar inocência (BLOCH, 2011, p. 34).

Faço minhas as constatações de Bloch, como autocrítica e de forma conjunta, atribuindo a derrota de um projetos a várias responsabilidades compartilhadas.

Os esforços dos integrantes da última composição do CDI/SE poderiam ter sido semelhantes ao empenho que o grupo inicial dos idealizadores tiveram, mas a formação de um comitê alheio à comunidade, como foi o caso do CDI Sergipe, impulsionou uma decrescente motivação numa dedicação com mais afinco às atividades da organização. Pessoas cada vez mais ocupadas com suas funções laborais tributavam a outras pessoas uma disponibilidade que não tinham por falta de tempo. Tudo isso aliado a projetos que acabaram tendo uma atenção maior por parte do CDI Matriz a outras regionais com maior visibilidade perante os patrocinadores e mantenedores, também foram minando recursos que inviabilizaram a manutenção da regional Sergipe.

Outrossim, a iniciativa realizada em Sergipe foi considerada pioneira no modelo de inclusão digital no estado, levando em consideração a proposta de promoção da cidadania. O fato de já existir um formato muito mais de informática educativa em alguma escola pública sergipana, como aventado no depoimento de Oliveira (a) (2016) não descarta o protagonismo do CDI como proposta de educação digital. O objetivo da escola pública era muito mais de utilizar o computador como uma ferramenta pedagógica, do que promover uma autonomia do sujeito conscientizando-o a ser agente do seu próprio exercício da cidadania.

Sob a ótica dos idealizadores, o modelo era desenvolvido para incluir o excluído, a fim de que esse pudesse ser o ator principal da sua vida, buscando conhecimento, educação e empregabilidade. O sujeito deveria exercer sua cidadania como uma marca indelével, inexorável e definitiva que pudesse traduzir aquele espaço público de promoção do bem-estar social.

Ao finalizar as atividades em Sergipe, não apenas os membros da diretoria concordaram que não haveria mais como manter uma estrutura que demandava custos fixos como aluguel, luz, telefone, folha de pagamento e impostos. No entanto, o próprio CDI Matriz não colaborou para que outras possibilidades pudessem ser admitidas para a manutenção do escritório em Sergipe.

Uma sociedade emergente, caracterizada como da informação ou do conhecimento, conectada e desenvolvida por uma cibercultura, deve ser dinâmica na medida em que forma uma base para que novas capacidades e novas organizações produzam uma também nova sociedade cuja técnica e cultura se relacionam.

Mesmo diante de todas essas nuances, é bem verdade também que o CDI continuou (e continua) presente em alguns outros lugares, mesmo diante das adversidades e problemáticas, algumas das quais já destacadas aqui.

De uma certa forma, o CDI precisou se reinventar. Prova disso está na sua forma atual de se apresentar, definindo-se como uma “organização social voltada ao empoderamento digital, que busca formar jovens autônomos, conscientes e conectados, aptos a reprogramar o sistema em que estão inseridos, por meio do uso da tecnologia”[1]. Inclusive as campanhas publicitárias anunciaram uma nova “marca”, abandonando o agora antigo nome CDI para abraçar o novo denominado RECODE[2].

O site foi todo reconfigurado e intensificada a parceria com instituições comunitárias, bibliotecas e escolas públicas “para formar multiplicadores, que replicam nossos programas para o público final. Juntos, formamos uma grande rede de educadores, professores e bibliotecários para promover uma nova consciência e gerar oportunidades aos jovens brasileiros. Estamos presentes em sete países e nove estados brasileiros e impactamos até hoje mais de 1,68 milhão de vidas”. O site ficou mais interativo, com opções para as pessoas se cadastrarem para atuar como educadores ou parceiros. Também é possível verificar que existe um ícone do lado direito da tela principal, para pessoas que desejam atuar na região metropolitana de São Paulo ou Rio de Janeiro possam realizar seus cadastros para educadores. Simples assim.

Democratizar a informática deixou de ser o problema. O chamado “empoderamento digital” reprogramou um sistema e procura agora redefinir uma nova cibercultura, criada por uma nova plataforma e novo recomeço.

Para finalizar, é interessante pontuar como a construção da história é um elemento da narrativa. O filme americano “Amnésia”, lançado em 2000, nos mostra um homem que sofre de um tipo de amnésia que impossibilita que lembre de fatos que acabaram de acontecer. Leonard Shelby, o protagonista, precisa fazer registros que sabe que irá esquecer. Porém, são informações que ele vai montando para arrumar sua memória ou criar sua história ou sua verdade em eventos que constroem o mundo como representação.

Se, por um lado, os esquecimentos produzem uma história, a memória prodigiosa também as produz, mesmo que em sentido inverso. Jorge Luis Borges, escritor e poeta argentino, no seu conto Funes, o Memorioso, narra a história de um rapaz cuja memória o transformava numa enciclopédia viva, mas que não conseguia articular tantas informações para elaborar conhecimentos (BORGES, 1975).

No contexto do CDI, o que isso significa? Que tanto os apagamentos quanto as lembranças definidores da nossa memória possibilitaram apenas escrever uma parte da história do CDI, vivida por pessoas que ora tiveram sua amnésia, tal qual o protagonista do filme, ora foram exímios “Funes”, como o personagem de Borges.

Nesse sentido, as outras histórias que começam a ser contadas, neste momento sob uma lente chamada “recode.org.br”, metaforicamente nos propicia esquecer o que vimos ou ouvimos e até mesmo o que vivemos. E assim, uma nova página começa a ser escrita com as mais variadas cores, fontes e (res)significações de histórias que parecem não possuir fronteiras nem verdades absolutas.

Atualmente, o próprio site do CDI não está mais no ar, ou seja, vários caminhos de pesquisa, inclusive aqui mesmo citados, não possuem mais destino certo. Isso reforça a importância em se produzir trabalhos como a presente tese, para concretizar uma história que por não ter sido ainda contada e/ou por conter fragmentos na virtualização, pode, simplesmente, ser apagada ou desconstruída entre cliques e atualizações.

Diante de tudo isso, muitas brechas podem ainda ser preenchidas e muitas são as possibilidades de continuar o estudo aqui iniciado. A atuação dos egressos desses cursos, seus educadores e sua atuação, sem dúvida seria uma importante contribuição para entender ainda mais iniciativas como a do CDI e a sua importância no contexto social, político e econômico do nosso Brasil.

REFERÊNCIAS

1. DEPOIMENTOS/ENTREVISTAS

BARBOSA, Telma Oliva. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 28 de setembro de 2015. A entrevistada é Administradora e atualmente é responsável pela área de Desenvolvimento Humano e Organizacional do BANESE - Banco do Estado de Sergipe, contato: (79) 3218-1549/email: telma@banese.com.br.

BRAZIL, Osiris Ashton Vital. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 05 de agosto de 2015. O entrevistado é administrador e professor da FSLF. Foi fundador do CDI Sergipe. Contato: (79) 99977-2423. Email: ashton.brazil@gmail.com.

DIAS FILHO, Paulo do Eirado. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 09 de agosto de 2015. O entrevistado é Pedagogo e atualmente Diretor do SENAC-SE. Foi presidente do CDI Sergipe. Contato: (79) 99815-4070. Email: paulo.eirado@se.senac.com.br.

GOMES, Márcia de Oliveira Alves. Entrevista concedida à pesquisadora em 03 de agosto de 2016. A entrevistada é facilitadora do CDI Comunidade Obra Social Nossa Senhora do Rosário no Município de Rosário do Catete/SE. Contato: (79) 99917-9137. Email: mg.bonita@hotmail.com

IAMAMOTO, Quimico. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 21 de setembro de 2015. A entrevistada é Coordenadora Geral CDI-GO e facilitadora. Contato (62) 3268-3105 ou (62) 8163-2162. Email: quimico_iamamoto@yahoo.com.br.

MELO, Vinícius Barbosa de. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 29 de setembro de 2015. O entrevistado é bacharel em Ciência da Computação e funcionário do BANESE (porém atualmente está afastado, pois reside no Canadá). Contato +17789806677. Email: vbmelo.ca@gmail.com.

MENDONÇA, Daniele Andrade. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 28 de agosto de 2015. A entrevistada é administradora. Contato: (79) 99962-8573. Email: danieliak@hotmail.com.

MIRANDA, José Teófilo de. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 02 de outubro de 2015. O entrevistado é geólogo e empresário. Foi presidente do SERGIPETEC e fundador do CDI Sergipe. Contato: (79) 98833-8818. Email: teofilo.demiranda@gmail.com.

OLIVEIRAA, Jorge Santana de. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 28 de outubro de 2015. O entrevistado é Engenheiro Civil e Empresário. Já foi Secretário de Estado. Contato: (79) 99133-6644 ou 3211-5122. Email: jsantana@infox.com.br.

OLIVEIRAB, Magnacilda. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 07 de setembro de 2015. A entrevistada é administradora e foi funcionária do CDI Sergipe. Contato: (79) 99991-1893. Email: magna_oliveira1117@hotmail.com.

PRADO, Rosana Rezende Silva. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 21 de setembro de 2015. A entrevistada é assistente social e foi funcionária do CDI Sergipe. Contato: (79) 99978-8898. Email: rosanarezende@oi.com.br.

ROCHA, Camila. Entrevista concedida à pesquisadora. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2016. A entrevistada é graduada em Administração de Empresas. Atualmente é Gerente de Relacionamento na ONG Recode. Contato: (21) 2558-5695. Email: camila.rocha@recode.org.br

RODRIGUES, Gladson. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 22 de setembro de 2016. O entrevistado foi o responsável pela EIC do Município de Cumbe no interior de Sergipe, aluno e facilitador. Atualmente trabalha no Atacadão como representante de produtos. Contato: (79) 99693-5575. Email: gladsonrodrigues@hotmail.com.

SANTOSa, Josenito Oliveira. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 13 de setembro de 2015. O entrevistado é economista e professor da Universidade Tiradentes (UNIT). Foi facilitador e do conselho. Contato: (79) 9978-6910. Email: josenito@infonet.com.br.

SANTOSb, Roberto da Costa. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 21 de agosto de 2015. O entrevistado é administrador e empresário. Foi fundador do CDI Sergipe. Contato: (79) 3246.4031 ou 99117-3787. Email: robertodacostasantos@gmail.com.

SILVA, José Carlos da. Entrevista concedida à pesquisadora. Aracaju, 30 de setembro de 2015. O entrevistado é administrador e bacharel em Direito. Atualmente é Supervisor da Corregedoria da Guarda Municipal de Aracaju. Contato: (79) 98836-5678. Email: felixrevive@ig.com.br.

2. ARTIGOS E LIVROS

BARBROOK, Richard. **Futuros Imaginários**: das máquinas pensantes à aldeia global. Vários tradutores. São Paulo: Petrópolis, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Jorge Luis. **Funes, o memorioso**. In: Ficções. São Paulo: Círculo do Livro, 1975, p. 109-118.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel (org). CARDOSO, Gustavo (org). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Disponível em: <http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>; Acessado em 21/08/2015.

CDI. **Cidadania Digital: como o CDI utiliza a informática e a e a educação para promover a inclusão social e transformar vidas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23ª reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996a.

GATES, Bill. **A estrada do futuro**. Tradução: Beth Vieira et alli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. **O que é o virtual** Tradução de Paulo Neves. 1ª Edição. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1ª Edição. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

PELLANDA, Nize Maria Campos; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; SCHLÜNZEN, Klaus (Orgs.). **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

1 Utilizaremos a sigla CDI para fazer referência ao Comitê para Democratização da Informática e CDI Sergipe para fazer menção ao escritório que funcionava em Aracaju/SE. Apesar de não existir em Sergipe, utilizamos o verbo no presente, pois em algumas regiões o CDI ainda existe e está em funcionamento, a exemplo do Amazona, Pará, Ceará, Bahia, Paraíba, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, bem como em alguns países da América do Sul, Europa e regiões dos EUA.

2 Em 1993, Rodrigo Baggio, então empresário e professor de informática em escolas particulares do Rio de Janeiro, idealizou o uso do computador como um canal de comunicação entre jovens de diferentes grupos sociais, que dialogavam entre si através da Internet. Essa ideia deu origem a um BBS (Bulletin Board System) chamado Jovemlink e constituiu o primeiro passo para o uso das tecnologias da informação e comunicação como ponte digital, promotora de integração social. A proposta era de que o BBS ajudasse a promover o diálogo entre os moradores da favela. Assim foi implantada a primeira Escola de Informática e Cidadania (EIC) no Morro Dona Marta, Zona Sul do Rio de Janeiro, no bairro Botafogo. O CDI surgiu em 1995, a partir de uma grande campanha de arrecadação de computadores intitulada “Informática para Todos”, tendo em vista que não adiantava somente disponibilizar computadores para as pessoas, pois elas não sabiam como utilizá-lo, era preciso capacitar e qualificar para o uso da ferramenta tecnológica. É na atualidade considerado um dos maiores empreendedores sociais do Brasil. Em 2003, A DePaul University de Chicago, a maior universidade de alunos de informática dos Estados Unidos, concedeu-lhe o título de *doutor honoris causa*.

3 É pertinente citar que o alcance social dessas iniciativas apresentava-se, *verbi gratia*, nas formaturas. Ela era um ritual importante nessas escolas, além de servirem de exemplo para a comunidade, havia a união os familiares em um evento que simbolizava um certo *status* dentro daquele espaço, em especial, em uma época que saber informática era considerada a “profissão do futuro” e disponível para poucos.

4 Revista Gestão Empresarial, ano 3, nº 9, págs. 10 a 13, jul/ago/set/2008. Disponível em <http://issuu.com/gestao25/docs/gestao9> acessada em 19/11/2015.

5 Para que todos os modelos de máquinas pudessem se comunicar, servidores da UCLA, do Instituto de Pesquisa de Stanford, da UCSB e da Universidade de Utah, foram conectados em 1969, com o objetivo de controle e comandos militares. A arquitetura técnica recebeu o nome de Arpanet, que foi a primeira versão do que viria a ser a internet. Logo, assim como a fábrica fora o ícone do industrialismo, a universidade era o símbolo do pós-industrialismo. Sob a firme direção da Esquerda da Guerra Fria, a classe do conhecimento que passaria as próximas duas décadas construindo o futuro imaginário do pós-industrialismo. Ver Barbrook (2009).